

# A reforma do IRC e as suas linhas orientadoras

Não haverá investimento sem estabilidade, não haverá investimento sem financiamento e não haverá investimento confiança. Sem estes factores, o esforço de Reforma resultará, apenas, na redução da receita fiscal que tão essencial é, actualmente, para o esforço de equilíbrio das finanças públicas.



José Calejo Guerra

Advogado na RFF & Associados e correspondente do IBFD para Portugal e Angola. Foi também consultor do Ministério das Finanças Angolano no Projeto de Reforma de Tributária em curso naquele país e Teaching Assistant no International Tax Center da Universidade de Leiden.

A proposta de Reforma do Código do IRC recentemente apresentada assenta, essencialmente, em três grandes objectivos: (i) redução dos encargos fiscais; (ii) simplificação das obrigações que impendem sobre os contribuintes; e (iii) reformulação da política fiscal internacional portuguesa.

A medida mais emblemática desta Reforma passa pela redução (progressiva) da taxa nominal do IRC, a qual é acompanhada, para que se consiga atingir uma efectiva redução dos custos fiscais, da reformulação da base tributável de imposto, de onde se destacam as inúmeras alterações propostas ao nível da determinação da matéria colectável e, em particular, ao nível da determinação dos encargos fiscalmente dedutíveis.

Se é verdade que fica por demonstrar o real impacto – no crescimento da economia – que uma descida da taxa nominal de imposto pode ter no caso português e, numa perspectiva mais prática mas igualmente essencial, como se espera cobrir os decréscimos de receita previstos pela própria Comissão de Reforma, sempre se deverá realçar que a medida agora proposta se apresenta como essencial numa perspectiva de competitividade da economia portuguesa.

No que à simplificação das obrigações fiscais respeita, muitas das medidas implementadas são, também, da mais elementar justiça, quer porque se retira, ao contribuinte, o peso da prestação de informações que estavam já acessíveis à Administração tributária – ainda que por intermédio de outras entidades públicas – quer porque o cumprimento, por parte da

**“No que à simplificação das obrigações fiscais respeita, muitas das medidas implementadas são, também, da mais elementar justiça, quer porque se retira, ao contribuinte, o peso da prestação de informações que estavam já acessíveis à Administração tributária”**

Administração tributária, do contra-dever relativo a essas obrigações impostas aos contribuintes era, muitas vezes, adiado ou incumprido, assim se inviabilizando, na prática, direitos legalmente previstos.

Se por um lado se pretende simplificar a vida dos contribuintes, a Reforma proposta acrescenta um elemento de complexidade não despreciando, que se irá, certamente, sentir nos próximos tempos e que está presente em diversos dos novos regimes introduzidos, os quais se apresentam complexos, nem sempre claros e de difícil compreensão para os contribuintes não especializados nestas matérias.

Por último, no que respeita à sua política fiscal internacional, Portugal passa de uma postura de país relativamente conservador, para uma posição de jurisdição preferencial para a estrutu-

ração de investimentos internacionais, esperando, com isso, promover o investimento necessário para dinamização da economia.

Ainda que, nesta matéria, a proposta tenha ficado aquém daquilo que foi inicialmente anunciado, assim se tendo perdido a oportunidade para destacar o regime português daqueles tipicamente referenciados no âmbito da União Europeia, as medidas em causa têm o efeito positivo de colocar Portugal como “localização a ter em conta” para investimentos de empresas multinacionais e, bem assim, de permitir às empresas portuguesas operar, no estrangeiro, em condições mais igualitárias, quando comparadas com as empresas desses mercados. Contudo, importa garantir, quer através das medidas anti-abuso já existentes, quer através daquelas propostas pela Comissão de Reforma, que o regime proposto não é utilizado para operações que acrescentam pouco, ou nenhum, valor à economia nacional. Não obstante os desígnios da presente Reforma, será, ainda assim, de relembrar que uma decisão de investimento é motivada por múltiplos factores, que não só o fiscal. Assim, não haverá investimento sem estabilidade, não haverá investimento sem financiamento e não haverá investimento confiança. Sem estes factores, o esforço – notável, aliás – de Reforma resultará, apenas, na redução da receita fiscal que tão essencial é, actualmente, para o esforço de equilíbrio das finanças públicas.

*\*Artigo escrito segundo as regras anteriores ao atual acordo ortográfico.*